



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (SEMIPRESENCIAL) DE 14/08/2024

BREVES COMUNICAÇÕES

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado expressou repúdio ao Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, destacando áudios vazados que revelam perseguição a conservadores e bolsonaristas. Ele também cobrou do Senado uma postura firme, pedindo que o Ministro responda pelos abusos de poder. Criticou a falta de uma reforma do Judiciário e defendeu a necessidade de igualdade entre os Poderes. Além disso, demonstrou solidariedade aos sindicatos FENASPS e SINDISPREV, que enfrentam dificuldades devido ao não cumprimento de acordos feitos pelo Governo Bolsonaro e as penalidades aplicadas pelo Governo Lula a grevistas.

General Girão (PL - RN) - O Deputado criticou a atuação do Ministro Alexandre de Moraes e o Supremo Tribunal Federal (STF), mencionando reportagens e declarações de ex-Ministros como Nelson Jobim e Marco Aurélio. Citou reportagens da *Folha de S.Paulo* e de Glenn Greenwald que indicam que Moraes teria utilizado o Tribunal Superior Eleitoral para investigar bolsonaristas fora dos ritos legais, chamando atenção para o que considera uma perseguição política. Também alertou para o intervencionismo do STF em questões políticas, apontando a judicialização da política como um problema. Ao concluir, reafirmou sua posição como representante eleito e rejeitou qualquer tentativa de silenciamento no exercício do mandato parlamentar.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado parabenizou os diretores de hospitais filantrópicos e santas casas pelo encontro realizado em Brasília (DF), que contou com a presença de autoridades como o Vice-Presidente Geraldo Alckmin; os Ministros Nísia Trindade e Alexandre de Moraes; além dos Presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco. Também destacou o esforço do Prefeito Delci e do Governador Jerônimo Rodrigues na viabilização do projeto de pavimentação da estrada que liga o Município de Cordeiros (BA) à divisa com Minas Gerais, uma antiga demanda local. Ao encerrar, reafirmou seu compromisso em continuar apoiando o desenvolvimento da região.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado criticou abusos de autoridade cometidos pelo Delegado Fábio Alvarez Schor, da Polícia Federal, e pelo Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Mencionou mandados de prisão contra Allan dos Santos, Oswaldo Eustáquio e o Senador Marcos do Val, além de relatar a invasão de domicílios de opositores ao Governo. Destacou o papel do jornalista Glenn Greenwald em revelar abusos e denunciou uma perseguição política a conservadores. Destacou que ações recentes, incluindo o tratamento de uma adolescente como alvo de investigação, são preocupantes. Alertou para o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

risco de autoritarismo afetar diferentes espectros políticos e pediu que tanto a Esquerda quanto a Direita se unam na defesa da verdadeira democracia e justiça.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado anunciou que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania votará a proposta que revoga partes do decreto do Presidente Lula sobre restrições a armas, incluindo a proibição de clubes de tiro perto de escolas. Ele contestou a jornalista Mônica Waldvogel, da *GloboNews*, que considerou a presença de clubes de tiro próxima às escolas um absurdo. Argumentou que a preocupação deveria ser com o tráfico de drogas e não com a presença desses clubes, que atendem cidadãos cadastrados e não criminosos.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou a atuação do Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), acusando-o de utilizar o poder judicial para perseguir a Direita conservadora e comparando seu comportamento ao da Gestapo nazista. Destacou a gravidade das ações ilegais e inconstitucionais que estão sendo empregadas para manipular eleições e silenciar opositores. Também insinuou que o Presidente Lula foi beneficiado por essas ações, mencionando uma suposta ligação entre o Presidente e o Ministro do STF.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado defendeu a importância de preservar o Estado Democrático de Direito e destacou o papel do Supremo Tribunal Federal na defesa da democracia, especialmente após os eventos de 8 de janeiro. Criticou a comparação entre as ações do Ministro Alexandre de Moraes e a ditadura militar, ressaltando a necessidade de combater abusos de poder em todas as esferas. Também defendeu a liberdade de imprensa, condenando a atitude de Elon Musk frente à Justiça brasileira e enfatizando a importância de uma investigação justa sobre *fake news* e abusos no processo político.

André Figueiredo (PDT - CE) - O Deputado destacou a presença do Prefeito de Assaré (CE), Liborio Neto, e do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Celso, no plenário da Câmara dos Deputados. Mencionou que ambos estão em Brasília em busca de ações no Ministério dos Transportes para atender a demandas da região do Cariri Oeste. Também anunciou a realização de uma audiência com o Ministro dos Transportes para tratar desses assuntos.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado expressou profunda preocupação com um projeto de lei em tramitação no Estado de São Paulo que propõe a exclusão de pessoas consideradas invasoras de programas sociais. Criticou a proposta como uma afronta à dignidade humana e inconstitucional, alegando que viola os direitos garantidos pela Constituição Federal e representa um retrocesso nos direitos sociais. Mencionou uma



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

reportagem da *Carta Capital*, que destaca a tentativa de criminalizar movimentos por moradia e deslegitimar as necessidades das famílias vulneráveis.

Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG) - O Deputado manifestou preocupação com a atuação do Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), acusando-o de direcionar investigações e escolher alvos políticos, especialmente contra a Direita. Comparou a situação com o caso da Operação Lava-Jato, onde o Supremo Tribunal Federal anulou provas devido à influência indevida de juízes e investigadores. Pediu ao STF que revise e arquive o chamado "inquérito do fim do mundo", para assegurar que as regras processuais sejam aplicadas igualmente a todos os lados políticos.

Zucco (PL - RS) - O Deputado criticou o Governo Federal por sua falta de apoio ao Rio Grande do Sul, acusando-o de desrespeito e politicagem, afetando negativamente o agro, o comércio e os cidadãos. Ele também exigiu o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, citando abusos de poder e abusos contra o cidadão brasileiro. Pediu ao Senado que tome uma atitude corajosa para combater a ditadura da toga, defendendo a substituição de Moraes por um magistrado de excelência.

Osmar Terra (MDB - RS) - O Deputado destacou a sua preocupação e insatisfação com a resposta do Governo Federal à catástrofe causada por enchentes no Rio Grande do Sul. mencionou que, apesar das promessas feitas, apenas uma pequena parte das ações havia sido efetivamente realizada, deixando muitas famílias e agricultores em situação de extrema dificuldade. Além disso, criticou a criação de um novo ministério e o desempenho do Ministro Extraordinário da Reconstrução, sugerindo que ele havia priorizado interesses políticos em vez de atender às necessidades urgentes da população afetada.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado expressou preocupação com a alegada utilização do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para investigações ilegais, criticando a atuação do Ministro Alexandre de Moraes e destacando o desrespeito à Constituição Federal pelo Judiciário. Apelou ao Senado Federal para que tomem medidas para garantir a justiça imparcial e dentro das normas legais, afirmando que os brasileiros esperavam uma ação firme.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado criticou os apoiadores de Jair Bolsonaro, acusando-os de tentar anistiar aqueles que buscaram acabar com a democracia no Brasil, incluindo o próprio Bolsonaro. afirmou que a CPMI do 8 de janeiro comprovou a tentativa de golpe para perpetuar Bolsonaro no poder e criticou a campanha contra as instituições, como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Supremo Tribunal Federal (STF).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

Mencionou, ainda, acusações de roubo de joias e falsificação de cartão de vacina por Bolsonaro, pedindo que o STF e o TSE não se deixem intimidar e levem adiante as investigações e condenações necessárias.

Murilo Galdino (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado expressou sua felicidade pela visita de seu filho mais velho, Antônio, em Brasília e aproveitou a oportunidade para parabenizar o Governador da Paraíba, João Azevêdo, tanto pelo seu aniversário quanto pela gestão diferenciada no Estado. Destacou o lançamento, com recursos próprios, de uma obra de 500 milhões de reais, chamada "Ponte do Futuro", que ligará João Pessoa (PB) a Lucena (PB), ressaltando que o Governador é um dos cinco mais bem avaliados do Brasil.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado fez duras críticas ao PT, acusando o partido de defender regimes autoritários como o de Nicolás Maduro na Venezuela. Criticou também a parcialidade do sistema judiciário brasileiro, citando alegações de que o Ministro Alexandre de Moraes teria ordenado a desmonetização de uma empresa jornalística sem evidências suficientes. Expressou ainda indignação com sua própria cassação pelo TRE do Rio Grande do Sul, insinuando que sua posição de líder da oposição e crítico de Moraes pode ter influenciado a decisão. Concluiu acusando Moraes de ter ajudado a eleger Lula e afirmou que continuará lutando contra o que considera ser uma ditadura disfarçada de democracia.

Flávia Moraes (PDT - GO) - A Deputada parabenizou os servidores da educação de Goiás pelo Estado ter alcançado o primeiro lugar no IDEB, destacando o esforço de todos na área educacional. Mencionou, também, o 1º Congresso Brasileiro de Câncer de Pulmão, que está ocorrendo em Brasília (DF), e sublinhou a importância do Projeto de Lei nº 2.550, de 2024, de sua autoria, que visa promover o diagnóstico precoce e o rastreamento do câncer de pulmão no SUS. Além disso, alertou sobre os perigos dos cigarros eletrônicos, defendendo a necessidade de legislação mais rigorosa para regular seu uso e comércio. Por fim, ressaltou a importância de continuar o combate ao tabagismo no Brasil, que já serve de exemplo para o mundo.

Coronel Ulysses (UNIÃO - AC) - O Deputado expressou indignação com a atuação do Ministro Alexandre de Moraes, comparando suas ações a regimes autoritários como os da Venezuela, Coreia do Norte, Alemanha nazista e Itália fascista. Criticou o Ministro por acumular funções de investigador, perito, acusador e juiz, o que, segundo ele, compromete a imparcialidade dos processos judiciais. Destacou o caso de Cleriston, que permaneceu preso, apesar de um pedido de prisão domiciliar, como exemplo dos abusos de poder e pediu ao Senado Federal que abra um processo de *impeachment* contra o Ministro. Por fim, mencionou ainda a prisão de 12 pessoas no Acre, que, após 108 dias encarceradas, foram declaradas inocentes, denunciando o abuso de autoridade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada fez um tributo ao ex-Prefeito do Rio de Janeiro (RJ), Luiz Paulo Conde, que completaria 90 anos se estivesse vivo. Informou que uma missa seria realizada em sua homenagem na Igreja São Francisco de Paula, destacando as importantes transformações urbanísticas que Conde realizou na cidade. Agradeceu à família de Conde por lembrar a todos dessa data significativa e prestou sua reverência ao ex-Prefeito.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado expressou preocupação com uma denúncia divulgada pelo *Jornal Nacional* e pela *Folha de São Paulo*, que aponta o Tribunal Superior Eleitoral como um braço de investigação do gabinete do Ministro Alexandre de Moraes entre agosto de 2022 e maio de 2023. Considerou a denúncia gravíssima, especialmente porque o *Jornal Nacional*, que segundo ele é tradicionalmente favorável ao atual Governo, a noticiou. Comparou a situação com o tratamento dado ao ex-Ministro Sergio Moro, sugerindo que, se as ações de Moro foram consideradas parciais, as de Moraes também deveriam ser avaliadas da mesma forma. Por fim, refletiu sobre o impacto do ódio e da vaidade no Poder, e questionou a reação de veículos de mídia que tradicionalmente apoiam o Governo.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado fez um apelo urgente para que o Congresso Nacional tome medidas sérias contra o aumento de crimes sexuais contra crianças. Relatou um caso alarmante de uma criança estuprada e engravidada pelo próprio pai e destacou o aumento significativo de crimes sexuais contra menores, conforme pesquisas do UNICEF e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Defendeu a castração química para estupradores e criticou a falta de avanço do Projeto de Lei nº 5.398, de 2013, sobre o tema, atribuindo isso à Oposição. Por fim, pediu ação imediata para proteger as crianças e combater esses crimes.

José Nelto (PP - GO) - O Deputado expressou apoio ao discurso do Parlamentar Otoni de Paula e destacou a necessidade urgente de enfrentar crimes sexuais contra crianças. Enfatizou que o Congresso Nacional deve ter coragem para votar a proposta de castração química para estupradores, considerando esses crimes como hediondos. Pediu uma reação firme do Congresso, sugerindo penas severas como 50 anos de prisão e castração química para esses criminosos, em nome das crianças do Brasil.

Ronaldo Nogueira (REPUBLICANOS - RS) - O Deputado destacou a importância dos auditores-fiscais do trabalho e a necessidade de valorização dessa categoria. Lembrou seu trabalho como Ministro do Trabalho e a luta pela equiparação de cargos e salários dos auditores-fiscais do trabalho com os da Receita Federal. Além disso, criticou o Decreto nº 11.971, de 2024, por não contemplar adequadamente os auditores-fiscais do trabalho e pediu que a Ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Dra. Esther Dweck, atenda ao pleito do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho para corrigir essa discrepância.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

Caroline de Toni (PL - SC) - A Deputada criticou o Ministro Alexandre de Moraes, alegando que suas ações violam a Constituição de 1988. Acusou Moraes de ser parcial e de usar sua posição para perseguições políticas, apontando a continuidade de inquéritos, como o das *Fake News*, sem conclusão ou justificativa adequada. Exigiu que Moraes renunciasse ao cargo ou enfrente um pedido de *impeachment*, enfatizando a necessidade de o Senado cumprir seu papel para manter a legalidade e o respeito às instituições democráticas.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado anunciou a aprovação de uma proposta legislativa que estabelece o piso salarial para fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais. O projeto, de autoria do Senador Angelo Coronel e apensado a uma proposta do Deputado Celso Jacob, foi relatado pelo Deputado Duarte Jr. e está prestes a passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Pediu à Presidente da CCJ, Caroline de Toni, que priorize a tramitação da matéria. Destacou também a importância dos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais e expressou confiança de que o Presidente Lula sancionará o projeto, que beneficiará essas categorias essenciais.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado anunciou a visita de Valdivino, agricultor familiar e pré-candidato a Vereador do Município de Formoso (MG). Destacou a atuação de Valdivino em defesa da agricultura familiar e das políticas agrícolas e mencionou também a pré-candidatura de Rayane Muniz a Prefeita e Tandinha a Vice-Prefeito no Município. Fez um reconhecimento público do trabalho de Valdivino e dos demais candidatos, desejando-lhe boas-vindas e expressando apoio.

Rafael Brito (MDB - AL) - O Deputado lamentou a situação da educação em Maceió (AL), destacando o abandono das escolas, a falta de manutenção de equipamentos, a precariedade da merenda escolar e a desvalorização dos professores. Criticou a gestão do transporte escolar, que consome altos recursos sem resultados adequados, e apontou que Maceió tem a segunda pior educação entre as capitais brasileiras. Em contraste, elogiou o desempenho do Estado de Alagoas, que vem melhorando seu IDEB graças a programas como Professor Mentor e Cartão Escola 10. Por fim, defendeu a necessidade urgente de aplicar essas melhorias na educação municipal de Maceió.

Orlando Silva (PCdoB - SP) - O Deputado anunciou a apresentação do Projeto de lei nº 3.125, de 2024, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução. Destacou a necessidade de medidas práticas, políticas públicas e investimento para uma educação inclusiva de qualidade. Enfatizou a importância de preparar profissionais e professores para atender as necessidades específicas dessas crianças, visando o pleno desenvolvimento de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

suas capacidades. Por fim, ressaltou que tanto escolas públicas quanto privadas devem estar equipadas e capacitadas para assegurar um futuro promissor para essas crianças.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado expressou preocupação sobre o futuro da Prefeitura do Rio de Janeiro (RJ) nas próximas eleições municipais. Mencionou o risco de que a cidade se torne um "palco de guerra política", prejudicando o diálogo entre o futuro Prefeito e a Presidência da República. Destacou a importância do diálogo político para o avanço da cidade, mencionando que, independentemente de divergências, a falta de comunicação com o Governo Federal poderia ser prejudicial para os cariocas, citando como exemplo os 5 bilhões de reais enviados ao Rio de Janeiro (RJ) pelo atual Governo.

Delegada Katarina (PSD - SE) - A Deputada destacou o papel crucial das mulheres nas recentes Olimpíadas, onde 55% da delegação brasileira eram compostas por mulheres. Informou que, das 20 medalhas conquistadas, 12 foram por atletas femininas, e que as únicas medalhas de ouro também vieram da atuação delas. Ressaltou a resiliência das atletas, especialmente frente às adversidades enfrentadas pelas mulheres no Brasil, País que ocupa a quinta posição no ranking de feminicídios. Também mencionou que Rebeca Andrade, a maior medalhista da história do país, simboliza essa resistência e a importância do esporte para salvar vidas, trazer autoestima e inspirar futuras gerações.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado enfatizou a importância de garantir recursos diretos do SUS para as Santas Casas, destacando a necessidade de aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que prevê a criação de contas-correntes específicas dos entes federados para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e de serviços de saúde executados por prestadores privados. Ressaltou a relevância desse apoio, especialmente para as Santas Casas na Paraíba, que enfrentam desafios significativos. Também prestou contas de seu mandato, mencionando o envio de quase 10 milhões de reais para hospitais do Estado, incluindo 4 milhões para o Hospital Napoleão Laureano, principal unidade de atendimento na Paraíba. Por fim, pediu urgência na aprovação do projeto para fortalecer o financiamento dessas instituições essenciais.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada destacou a importância da Lei Maria da Penha no enfrentamento à violência contra a mulher, mas alertou para uma grave lacuna jurídica. Criticou a aplicação da Convenção de Haia, que tem criminalizado mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica no exterior ao buscarem refúgio no Brasil com seus filhos. Informou que muitas dessas mulheres, que enfrentam processos de 'sequestro internacional de crianças', não encontram proteção adequada no sistema jurídico brasileiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

Apelou aos magistrados e ao Governo para que revisem a aplicação desse tratado, visando proteger as mães e crianças em situações de risco.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado expressou preocupação com a atual situação do Judiciário, destacando denúncias recentes divulgadas pela *Folha de S. Paulo*. Mencionou que, apesar das alegações, dois Ministros do Supremo Tribunal Federal afirmaram não ver irregularidades nas ações do Ministro Alexandre de Moraes. Anunciou ainda que, junto com outros Deputados, dará início a um processo de pedido de *impeachment*, com coleta de assinaturas marcada para 7 de setembro. Conclamou a população a participar do movimento, ressaltando a gravidade da crise no Poder Judiciário.

Pedro Aihara (PRD - MG) - O Deputado abordou a tragédia aérea ocorrida recentemente em Vinhedo (SP), na qual 62 pessoas perderam a vida. Destacou o conceito de "inscrição frágil", que descreve como grandes acontecimentos são rapidamente esquecidos pela sociedade. Enfatizou a necessidade de mudanças estruturais no Brasil para melhorar a fiscalização e a segurança, lembrando outras tragédias como Brumadinho (MG), Ninho do Urubu (RJ) e os acidentes da Chapecoense (SC) e dos voos 1907 e 3054. Por fim, apelou para que o Congresso assuma sua responsabilidade, promovendo reformas que previnam novas tragédias e garantam a devida responsabilização.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado manifestou preocupação com a crescente onda de invasões de propriedades privadas no Brasil, citando casos em Douradina (MS) e Parauapebas (PA), onde supostos indígenas e grupos organizados estariam tomando terras e cometendo depredações, mesmo sob a presença da Força Nacional de Segurança Pública. Criticou a inação das autoridades e destacou a situação em Itanhangá (MT), onde o INCRA estaria desapropriando terras de famílias que ocupam a região há mais de 40 anos. Afirmou que, com o apoio da bancada do Mato Grosso, não permitirá que essas famílias sejam desrespeitadas pela gestão atual.

Ivoneide Caetano (PT - BA) - A Deputada destacou o sucesso da gestão financeira da Bahia, que registrou o menor índice de endividamento desde 2000, quando entrou em vigor a Lei de Responsabilidade Fiscal. Informou que, com apenas 26% da receita destinada ao pagamento de dívidas, a Bahia ficou em segundo lugar no País em investimentos com recursos próprios, destinando R\$ 2 bilhões à infraestrutura e melhoria dos serviços públicos. Elogiou o trabalho do Governador Jerônimo Rodrigues e sua equipe, ressaltando a aprovação popular de 63% de seu Governo. Também celebrou a trajetória de gestão eficiente iniciada pelo PT em 2007.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

Reimont (PT - RJ) - O Deputado registrou a presença de Valdirzinho, jovem liderança política da cidade de Mendes, Rio de Janeiro, no plenário da Câmara dos Deputados. Informou que Valdirzinho, que foi candidato a Prefeito em 2020 e é pré-candidato para as próximas eleições, esteve em Brasília (DF) para reuniões com Ministérios e lideranças políticas nacionais. Destacou a importância de se concentrar no processo eleitoral da Baixada Fluminense, região que considera cheia de potencial.

José Nelto (PP - GO) - O Deputado criticou a discussão sobre o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes e sugeriu que a Câmara dos Deputados se concentre na Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2021, que altera a Constituição Federal para dispor sobre a declaração de inconstitucionalidade e a concessão de medidas cautelares nos tribunais, aprovada pelo Senado e ainda não votada pela Casa. Destacou que é necessário um mecanismo para revisar decisões unilaterais de Ministros do Supremo Tribunal Federal que permanecem sem análise por anos. Apelou para que o Parlamento inicie a coleta de assinaturas para desengavetar a PEC, afirmando que isso demonstraria a independência da Câmara em relação ao STF.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada criticou o Ministro Alexandre de Moraes, comparando-o ao chefe da polícia secreta de Stalin, Beria. Alegou que Moraes estaria inventando crimes para perseguir opositores, citando exemplos de jornalistas e políticos, como Eduardo Bolsonaro. Afirmou que o *impeachment* de Moraes não deve ser visto como uma questão ideológica, mas sim como uma defesa do Estado Democrático de Direito. Chamou outros Parlamentares a se unirem na demanda pelo *impeachment*, afirmando que o comportamento do Ministro e seus apoiadores reflete uma tentativa de silenciar a Oposição e subverter a democracia.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado comemorou a reativação da fábrica de fertilizantes da PETROBRAS em Araucária, Paraná, anteriormente fechada pelo Governo Bolsonaro, o que resultou na demissão de 396 trabalhadores. Informou que a nova administração irá reempregar 215 pessoas e buscará garantir a soberania do Brasil na produção de fertilizantes, crucial para a agricultura nacional. Destacou que, com o fechamento da fábrica, o preço da ureia subiu e a situação piorou com a guerra entre Rússia e Ucrânia. Elogiou o Presidente Lula por sua atuação na reconstrução do setor e na recuperação de empregos e da produção nacional.

Marcon (PT - RS) - O Deputado agradeceu aos Ministros Paulo Pimenta, Paulo Teixeira e Carlos Fávaro, além do Presidente Lula, pelo apoio à reconstrução do Rio Grande do Sul. Destacou que o Governo Federal irá atender 96% dos agricultores do Estado e que 80% das dívidas junto aos bancos oficiais serão anistiadas. Informou ainda que a dívida do Rio Grande do Sul com os bancos oficiais para este ano é de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

aproximadamente 80 bilhões de reais. Por fim, elogiou o Governo Federal por atender as demandas dos movimentos sociais e dos agricultores.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado criticou a reação de Parlamentares que estavam inicialmente alinhados com o Supremo Tribunal Federal (STF) e agora estão apavorados com a proximidade da prisão do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Afirmou que, independentemente das discussões atuais, crimes como o roubo de joias, a gestão da pandemia que resultou em 700 mil mortes e a invasão da Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023 não prescrevem. Chamou a atenção para o nervosismo entre Deputados bolsonaristas e reafirmou que a justiça será feita, sem antecipar qualquer resultado. Destacou que os crimes cometidos devem ser devidamente apurados.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado criticou a aprovação, pela Comissão de Agricultura, de uma moção que repudia a inclusão do MST no Comitê Permanente de Construção da Paz no Campo, chamando a decisão de absurda. Também afirmou que bolsonaristas estão rejeitando investigações conduzidas pelo Ministro Alexandre de Moraes, sugerindo que a oposição às investigações se deve ao envolvimento em crimes contra a democracia. Ademais, elogiou o Governador Jerônimo Rodrigues pelo avanço na educação na Bahia, destacando a melhoria no IDEB e o trabalho da Secretaria de Educação, liderada pela Profa. Rowenna.

Yury do Paredão (MDB - CE) - O Deputado saudou a presença na Câmara dos Deputados do Vice-Prefeito de Juazeiro do Norte (CE), Sr. Giovanni Sampaio, e do Vice-Prefeito de Brejo Santo (CE), Sr. Bosco Sampaio.

Gabriel Nunes (PSD - BA) - O Deputado destacou os importantes investimentos realizados na Bahia, enaltecendo o Governador Jerônimo Rodrigues, cuja gestão tem obtido grande aprovação popular. Ademais, elogiou a ordem de serviço para a obra da estrada de Pinhões a Carnaíba, fruto de uma luta iniciada pelo ex-Deputado Federal José Nunes e que contou com o apoio do então Governador e atual Ministro Rui Costa. Além disso, ressaltou outras obras em andamento, enfatizando o compromisso de seu mandato em transformar a infraestrutura do Município de Euclides da Cunha (BA). Ao final, parabenizou o Governador por sua atenção aos Municípios baianos.

Gilvan da Federal (PL - ES) - O Deputado criticou o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, por usar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para investigar ilegalmente apoiadores do ex-Presidente Bolsonaro, conforme amplamente noticiado. Ademais, recriou o Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, pela inércia em tomar as providências devidas contra as condutas autoritárias do Ministro Alexandre de Moraes. Adicionalmente, enalteceu o Governo do ex-Presidente Jair Bolsonaro pelo respeito à



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

Constituição e censurou a omissão da Esquerda em denunciar as ilegalidades do Ministro do STF. Além disso, destacou seu histórico de combate ao crime organizado e condenou os abusos cometidos pela Polícia Federal sob as ordens do referido Ministro. Por fim, conclamou os Parlamentares e a população a defenderem a Constituição, a liberdade e a democracia juntamente com a Direita.

Paulão (PT - AL) - O Deputado criticou a incoerência dos Parlamentares que dizem defender o Estado Democrático de Direito, mas incentivaram os atos antidemocráticos que culminaram na invasão e depredação dos prédios do Supremo Tribunal Federal (STF), da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Ademais, recriou o ex-Presidente Bolsonaro por seus ataques verbais ao Ministro do STF, Alexandre de Moraes, e elogiou o Ministro por sua atuação em prol da democracia. Além disso, condenou a tentativa de instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para cassar o Ministro, manifestando confiança no Presidente do Senado para não ceder às pressões. Por fim, reafirmou o compromisso da Esquerda com a defesa da democracia no Brasil.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada condenou a hipocrisia de Parlamentares que defendem, em nome da democracia, o *impeachment* do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, enquanto apoiam a ditadura, a tortura, o Ato Institucional nº 5. Ademais, destacou que o Ministro não cometeu ilegalidade, ressaltando seu papel como Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e como Ministro do STF, no qual exerceu funções legítimas e previstas pela legislação. Além disso, defendeu a atuação do Ministro na condução dos inquéritos contra a milícia digital e o ex-Presidente Bolsonaro. Por fim, manifestou solidariedade ao Ministro, expressando confiança em sua capacidade de condenar os responsáveis por crimes contra o Estado Democrático de Direito.

Eduardo Bolsonaro (PL - SP) - O Deputado recriou o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, e o Delegado da Polícia Federal, Fabio Shor, por promoverem ilegalmente buscas, apreensões e prisões de maneira autoritária. Ademais, condenou a violação do devido processo legal e a intimidação de críticos, comparando a situação atual a regimes autoritários. Adicionalmente, defendeu o *impeachment* do Ministro e a anulação de processos judiciais em que houve violação ao princípio do juiz natural e perseguição a pessoas consideradas conservadoras e bolsonaristas. Além disso, conclamou a população e os Parlamentares a se mobilizarem em uma grande manifestação no dia 7 de setembro em prol do *impeachment*. Por fim, pediu justiça e a anulação dos processos relacionados aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 739, de 2023, de sua autoria, que altera o art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre a licença-maternidade de cento oitenta dias; e do Projeto de Lei nº 72, de 2017, apensado, da Senadora Rose de Freitas. Além disso, argumentou que ambas as proposições ampliam a licença-maternidade de 120 para 180 dias, considerando essa extensão essencial para a saúde e o bem-estar das mães e dos recém-nascidos. Ademais, destacou que a licença-maternidade foi progressivamente ampliada ao longo do tempo e que a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) é de amamentação por pelo menos seis meses. Por fim, lamentou a disparidade entre os direitos das servidoras públicas e das mães do setor privado, argumentando que o Brasil tem capacidade financeira para suportar essa ampliação.

Delegado Paulo Bilynskyj (PL - SP) - O Deputado anunciou que o maior pedido de *impeachment* da história do Brasil será protocolado em 9 de setembro deste ano. Ademais, afirmou que Deputados Federais e Senadores coletarão assinaturas de brasileiros que apoiam o *impeachment* do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, alegando abuso de poder. Além disso, defendeu a importância de investigar fatos e não pessoas, distinguindo entre investigação e perseguição. Adicionalmente, afirmou que buscar fatos relacionados a indivíduos específicos, como o ex-Presidente Jair Bolsonaro e o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, considerados inimigos, é uma forma de perseguição. Por fim, convocou todos a expressarem sua indignação e desejo de justiça no sistema Judiciário.

Domingos Sávio (PL - MG) - O Deputado destacou a necessidade urgente de defender a democracia e a Constituição diante da grave situação que o Brasil enfrenta. Ademais, defendeu a importância de manter a serenidade e a determinação para garantir a liberdade, independentemente de posições partidárias. Além disso, criticou o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, por sua tirania, responsabilizando-o pela destruição da democracia e de vidas. Adicionalmente, apelou ao Presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, para que não se omita. Por fim, conclamou à ação imediata em prol do *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes.

Daniel José (PODE - SP) - O Deputado criticou o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, por forjar relatórios para condenar e perseguir seus inimigos, incluindo políticos, jornalistas e militantes da Direita. Ademais, denunciou a ditadura do Poder Judiciário no Brasil. Além disso, recriminou os Deputados da Esquerda que defendem o Ministro, alegando que a luta pela liberdade deve superar disputas políticas e ideológicas. Por fim, conclamou a população a se mobilizar para anular os processos judiciais conduzidos pelo Ministro, instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre abuso de autoridade e realizar o maior *impeachment* da história do País.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

João Daniel (PT - SE) - O Deputado defendeu a importância dos investimentos da PETROBRAS em Sergipe, solicitando apoio à Presidenta da instituição e ao Governo Federal. Ademais, elogiou a retomada da fábrica de fertilizantes no Paraná, que ficou paralisada durante os Governos Temer e Bolsonaro. Por fim, defendeu a reativação da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Sergipe (FAFEN/SE) para contribuir com a economia e a geração de renda no Estado.

Dr Flávio (PL - RJ) - O Deputado destacou sua participação no aniversário de Paracambi (RJ), realizado em 8 de agosto, ressaltando que a Prefeita é sua esposa. Ademais, elogiou os eventos de homenagem ao aniversário da cidade, que contaram com quatro dias de celebrações e apresentações de artistas renomados, proporcionando diversão e fomentando a economia local. Além disso, agradeceu ao Governo do Estado do Rio de Janeiro pelo apoio. Por fim, parabenizou a cidade pelos seus 64 anos e enalteceu a Prefeita Lucimar pela iniciativa.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado protestou contra o Delegado da Polícia Federal, Sr. Fábio Shor, por sua subserviência às ordens ilegais do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, e defendeu o *impeachment* do Ministro.

Alfredo Gaspar (UNIÃO - AL) - O Deputado criticou as ilegalidades cometidas pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, e os seus defensores. Ademais, recriminou o Supremo Tribunal Federal (STF) pelo desrespeito ao princípio do juiz natural, às leis e à Constituição. Além disso, condenou a perseguição sofrida pelos Deputados em razão de suas críticas ao STF no exercício de suas prerrogativas constitucionais.

Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) - A Deputada solicitou que o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo convoque com urgência todos os candidatos aprovados no concurso e reconheça a graduação em ensino superior como requisito para o cargo de escrevente. Ademais, apelou ao Governador para que não reduza o orçamento do Tribunal de Justiça, como tem ocorrido ao longo dos anos.

Prof. Reginaldo Veras (PV - DF) - O Deputado criticou o Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, ressaltando que sua desaprovação pela população aumentou de 41% em 2023 para 61% em 2024, conforme pesquisa recente. Além disso, recriminou a omissão do Governador nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, o colapso na saúde pública, as mortes por dengue e a falta de atendimento adequado, bem como a precariedade do transporte público e da educação no Distrito Federal. Por fim, afirmou que o Governador Ibaneis foi considerado o segundo pior do Brasil e sugeriu a sua renúncia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

Gilvan Maximo (REPUBLICANOS - DF) - O Deputado elogiou o Governador Ibaneis Rocha por suas ações em educação, saúde e segurança no Distrito Federal, destacando a contratação de professores e médicos, a reforma de escolas, investimentos no Sol Nascente e a criação de um programa de saúde móvel. Ele afirmou que o Governador trouxe melhorias significativas para Brasília.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado criticou o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, comparando-o a Nicolás Maduro e acusando-o de implementar uma ditadura sob a aparência de democracia no Brasil. Expressou desapontamento com a postura de outros Parlamentares, especialmente com a liderança do Senado, e convocou a população a protestar para exigir o *impeachment* de Moraes e restaurar a estabilidade jurídica no país.

Carol Dartora (PT - PR) - A Deputada criticou a precariedade dos serviços de acolhimento para a população em situação de rua em Curitiba (PR) e destacou a necessidade de políticas públicas efetivas. Anunciou um mutirão da Defensoria Pública do Paraná para garantir direitos e dignidade a essas pessoas.

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado destacou os impactos da seca extrema na Amazônia, especialmente no Amazonas, onde os rios são fundamentais para o transporte. Mencionou a necessidade de medidas para mitigar os efeitos da seca no Polo Industrial da Zona Franca de Manaus, incluindo a instalação de um porto provisório em Itacoatiara (AM). Além disso, ressaltou o compromisso da Receita Federal em garantir o alfandegamento de um porto em Tabatinga (AM), que abrirá uma nova rota de exportação para o mercado asiático, melhorando a competitividade da economia brasileira. Por fim, agradeceu à Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet e ao Secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, pelo apoio à causa.

Eliza Virgínia (PP - PB) - A Deputada expressou preocupação com a perda de democracia no Brasil, criticando julgamentos baseados em interpretações subjetivas e destacando a importância de garantir liberdades e direitos. Mencionou a situação de pessoas presas injustamente, incluindo mulheres que poderiam estar cuidando de seus filhos. Na sequência, solicitou ao Governador da Paraíba a convocação de novos bombeiros para o Estado e denunciou um caso de abuso sexual cometido por um pediatra, pedindo justiça para as vítimas. Por fim, enfatizou a necessidade de combater a pedofilia no País.

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado destacou a construção da Barragem de Morrinhos, que beneficiará os Municípios de Cordeiros (BA), Piripá (BA), Condeúba (BA) e Presidente Jânio Quadros (BA), atendendo a uma antiga demanda por abastecimento de água na região. Parabenizou os Prefeitos envolvidos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

e agradeceu ao Governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, pela iniciativa, reafirmando seu compromisso em continuar lutando pelas demandas da região.

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada destacou a preocupante liderança de Rondônia nos casos de feminicídio na Amazônia Legal, com um aumento de 75% em 2023. Defendeu a necessidade de leis mais rígidas para combater a violência contra mulheres e prevenir essas tragédias durante o Agosto Lilás.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou a tentativa de setores bolsonaristas de atacar o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Ministro Alexandre de Moraes, alegando que o objetivo é anistiar Jair Bolsonaro para permitir sua candidatura, apesar dos inúmeros crimes de responsabilidade que cometeu, incluindo a tentativa de golpe de 8 de janeiro. Defendeu a atuação de Moraes no enfrentamento do bolsonarismo e denunciou a hipocrisia dos que falam em democracia enquanto defendem posições golpistas e produzem *fake news*. Por fim, ressaltou que a verdadeira luta pela democracia foi feita por aqueles que resistiram à ditadura militar, acusando os bolsonaristas de serem os verdadeiros golpistas.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada expressou solidariedade ao Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, defendendo sua atuação como Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante um período crítico para o Brasil. Criticou as tentativas de desqualificar o trabalho de Moraes, ressaltando que ele cumpriu seu dever de magistrado ao enfrentar crimes eleitorais e tentativas de golpe. Por fim, reconheceu que, embora possa haver excessos por parte do Judiciário em outras situações, no caso de Moraes, ele agiu como um defensor da democracia.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado criticou o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, após a divulgação de informações no Jornal *Folha de São Paulo* pelo jornalista Glenn Greenwald. Acusou Moraes de ser um "déspota" que utiliza seu cargo no Supremo Tribunal Federal para perseguir adversários, forjar provas e manipular processos. Mencionou casos específicos, como a ameaça de prisão à mãe de uma jovem, caso ela postasse algo nas redes sociais, e o bloqueio de contas de um Senador, reforçando sua visão de que o Ministro prejudicaria a democracia.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado destacou a presença do Vice-Governador do Maranhão, Felipe Camarão, na Câmara dos Deputados, ressaltando a conquista histórica do Estado ao alcançar a maior nota na educação. Elogiou o trabalho de Felipe Camarão como Secretário de Educação e parabenizou tanto ele quanto o Governador Carlos Brandão pelo avanço educacional no Maranhão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

ORDEM DO DIA

Odair Cunha (PT - MG) - O Deputado destacou o compromisso do Governo Lula com a superação da fome e da pobreza, citando a proposta do Presidente Lula de uma Aliança Global contra a Fome no G-20. Ressaltou a redução de 85% da insegurança alimentar severa no Brasil, resultado de políticas como o Bolsa Família, a valorização do salário mínimo e o Programa de Aquisição de Alimentos. Defendeu o Programa Acredita no Primeiro Passo, que garante acesso ao crédito a pessoas físicas, a microempresas e pequenas empresas, com o crescimento econômico sustentável. Por fim, enfatizou a necessidade de continuar fortalecendo a Rede de Proteção Social e defendeu a reforma tributária em debate no Senado, que visa diminuir a tributação sobre o consumo e melhorar a renda dos mais pobres.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado apresentou uma Questão de Ordem solicitando a paralisação do Congresso Nacional em resposta às ações, segundo ele, inconstitucionais e ditatoriais do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Argumentou que as ações da Suprema Corte, especialmente do Ministro Moraes, estariam afrontando a democracia e violando o Estado Democrático de Direito e pediu que o Congresso interrompesse suas atividades até o restabelecimento da democracia.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada expressou seu apoio ao Projeto de Lei nº 3.148, de 2024, que inscreve o nome do ex-Governador de Pernambuco, Eduardo Henrique Accioly Campos, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Pedro Campos (PSB - PE) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 3.148, de 2024, que inscreve o nome do ex-Governador de Pernambuco, Eduardo Henrique Accioly Campos, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Ricardo Silva (PSD - SP) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.148, de 2024, que inscreve o nome do ex-Governador de Pernambuco, Eduardo Henrique Accioly Campos, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Além disso, destacou a necessidade de revitalizar Ribeirão Preto (SP), melhorando serviços públicos e promovendo investimentos. Mencionou a situação precária do parque de exposições da cidade e a necessidade de oferecer serviços públicos de qualidade. Anunciou a construção de um novo Hospital das Clínicas, que dobrará a capacidade do atual, como resultado de diálogo com o Governador Tarcísio Gomes de Freitas, visando melhorar a saúde pública e fortalecer a liderança de Ribeirão Preto no cenário nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado alertou o Parlamento sobre o aumento recorde das queimadas no Brasil, destacando o impacto crítico dessa situação, incluindo a morte de animais silvestres. Afirmou não ter o poder executivo para resolver o problema, mas ressaltou sua função de fiscalizar e cobrar ações do Governo Lula. Por fim, pediu uma resposta urgente, mencionando a atuação da Ministra Marina Silva e a mudança de postura de críticos do Governo anterior.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 2.052, de 2024, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento de emergência fitossanitária ou zoossanitária de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, autoriza o custeio de deslocamento de integrantes do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária em operações da defesa agropecuária e altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para a apreciação do Projeto de Lei nº 2.052, de 2024, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento de emergência fitossanitária ou zoossanitária de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, autoriza o custeio de deslocamento de integrantes do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária em operações da defesa agropecuária e altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Também alertou o Parlamento sobre a perseguição ao agronegócio brasileiro pelo atual Presidente da República. Ressaltou que os produtores de leite e outros trabalhadores do setor estão sendo prejudicados, enquanto outros países são beneficiados. Destacou o impacto dessa situação no aumento dos preços e da inflação, sugerindo que o setor está sendo alvo de retaliação por não ter apoiado o Presidente nas últimas eleições.

Tião Medeiros (PP - PR) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 2.052, de 2024, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento de emergência fitossanitária ou zoossanitária de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, autoriza o custeio de deslocamento de integrantes do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária em operações da defesa agropecuária e altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.052, de 2024, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento de emergência fitossanitária ou zoossanitária de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, autoriza o custeio de deslocamento de integrantes do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária em operações da defesa agropecuária e altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Também ressaltou a homenagem ao ex-Governador Eduardo Campos, destacando seu legado e sua relação com Miguel Arraes, também homenageado no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Mencionou as



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

profundas reformas de base defendidas por Arraes e a importância de combater a desigualdade social no Brasil.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 2.052, de 2024, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento de emergência fitossanitária ou zoossanitária de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, autoriza o custeio de deslocamento de integrantes do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária em operações da defesa agropecuária e altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Além disso, expressou apoio aos criadores de pássaros e solicitou maior atenção do Governo Federal para os criadores que atuam de forma regular na preservação de espécies, permitindo que realizem seus torneios e exposições de maneira adequada.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado destacou pontos centrais de projeto que visa auxiliar produtores rurais afetados por eventos climáticos extremos, como secas e enchentes. Mencionou que nesses casos, produtores que contraíram empréstimos em 2022, 2023 e 2024 poderão prorrogar suas dívidas por até 48 meses. Ressaltou que a medida busca proteger o setor agrícola e garantir a segurança alimentar. Além disso, criticou o Governo Lula, acusando-o de perseguir o agronegócio brasileiro e de prejudicar os produtores rurais.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 2.052, de 2024, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento de emergência fitossanitária ou zoossanitária de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, autoriza o custeio de deslocamento de integrantes do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária em operações da defesa agropecuária e altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Também criticou um discurso anterior sobre perseguição ao agronegócio, argumentando que o atual Governo implementou o maior Plano Safra da história, com investimentos bilionários no setor.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 2.052, de 2024, que dispõe sobre as medidas para o enfrentamento de emergência fitossanitária ou zoossanitária de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, autoriza o custeio de deslocamento de integrantes do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária em operações da defesa agropecuária e altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Além disso, criticou as alegações da Oposição sobre a suposta perseguição ao agronegócio pelo Governo Lula. Destacou que, sob a gestão anterior, fronteiras de exportação foram fechadas, prejudicando setores como a avicultura e suinocultura. Elogiou a abertura de mercados e frigoríficos durante o Governo atual, dando suporte aos agricultores e impulsionando a indústria e a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

produção. Também ressaltou as ações do Governo para ajudar agricultores no Rio Grande do Sul após uma grande catástrofe.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que dispõe sobre a criação de contas correntes específicas nos entes federados, a fim de receber as transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio da cobertura de ações e serviços de saúde junto a prestadores privados e hospitais universitários federais.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que dispõe sobre a criação de contas correntes específicas nos entes federados, a fim de receber as transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio da cobertura de ações e serviços de saúde junto a prestadores privados e hospitais universitários federais.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que dispõe sobre a criação de contas correntes específicas nos entes federados, a fim de receber as transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio da cobertura de ações e serviços de saúde junto a prestadores privados e hospitais universitários federais.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que dispõe sobre a criação de contas correntes específicas nos entes federados, a fim de receber as transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio da cobertura de ações e serviços de saúde junto a prestadores privados e hospitais universitários federais.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou uma decisão recente do Ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, referente à suspensão das emendas impositivas aprovadas pelo Congresso em 2015. Afirmou que a decisão é um ataque à democracia e reforçou sua posição de que o Parlamento está sendo fechado pela Suprema Corte. Questionou a postura dos partidos de centro, sugerindo que muitos não defendem o Congresso Nacional diante de atitudes do Governo Federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

Luiz Gastão (PSD - CE) - O Deputado, na condição de Relator do Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, prestou esclarecimentos sobre o parecer oferecido à matéria, que propõe a criação de contas correntes específicas para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e de serviços de saúde executados por prestadores privados e hospitais universitários federais. Salientou que o objetivo da proposta é melhorar a transparência e a gestão dos recursos. Destacou a importância das Santas Casas, responsáveis por grande parte das internações e cirurgias de alta complexidade no SUS. Também ressaltou que apresentou uma emenda de adequação para evitar dupla contagem de repasses a hospitais universitários federais, reforçando a constitucionalidade e juridicidade do projeto.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que dispõe sobre a criação de contas correntes específicas nos entes federados, a fim de receber as transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio da cobertura de ações e serviços de saúde junto a prestadores privados e hospitais universitários federais. Além disso, parabenizou as atletas brasileiras que se destacaram nas Olimpíadas de Paris, ressaltando o desempenho das mulheres, que conquistaram 12 das 20 medalhas do País. Também fez uma menção especial a duas maranhenses: Rayssa Leal, skatista de Imperatriz, e Nyeme, líbero da seleção de vôlei, de Barra do Corda. Elogiou o esforço das atletas medalhistas e também das que não conseguiram pódio, mas competiram com bravura, enviando cumprimentos em nome de todos os maranhenses.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, a fim de dispor sobre a criação de contas-correntes específicas dos entes federados para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e de serviços de saúde executados por prestadores privados.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, a fim de dispor sobre a criação de contas-correntes específicas dos entes federados para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e de serviços de saúde executados por prestadores privados.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, a fim de dispor sobre a criação de contas-correntes específicas dos entes federados para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e de serviços de saúde executados por prestadores privados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, a fim de dispor sobre a criação de contas-correntes específicas dos entes federados para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e de serviços de saúde executados por prestadores privados.

Benes Leocádio (UNIÃO - RN) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, a fim de dispor sobre a criação de contas-correntes específicas dos entes federados para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e de serviços de saúde executados por prestadores privados.

Gabriel Nunes (PSD - BA) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, a fim de dispor sobre a criação de contas-correntes específicas dos entes federados para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e de serviços de saúde executados por prestadores privados.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, a fim de dispor sobre a criação de contas-correntes específicas dos entes federados para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e de serviços de saúde executados por prestadores privados.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, a fim de dispor sobre a criação de contas-correntes específicas dos entes federados para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e de serviços de saúde executados por prestadores privados.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, a fim de dispor sobre a criação de contas-correntes específicas dos entes federados para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e de serviços de saúde executados por prestadores privados.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, a fim de dispor sobre a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

criação de contas-correntes específicas dos entes federados para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e de serviços de saúde executados por prestadores privados. Além disso, acusou o Governo Lula de recorrer ao "judicialismo de coalizão" para compensar suas derrotas legislativas, destacando que o Governo só consegue aprovar algumas matérias com o apoio do centrão. Criticou a suspensão das emendas impositivas, a atuação do Ministro Zanin na desoneração da folha, e as decisões do STF que favorecem o Presidente Lula. Afirmou que o Governo usa o Supremo Tribunal Federal para garantir suas agendas e considerou a situação vergonhosa.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, a fim de dispor sobre a criação de contas-correntes específicas dos entes federados para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e de serviços de saúde executados por prestadores privados.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, a fim de dispor sobre a criação de contas-correntes específicas dos entes federados para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e de serviços de saúde executados por prestadores privados.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado expressou preocupação com o Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que altera os repasses de emendas parlamentares para hospitais filantrópicos, abrangendo todos os recursos do Fundo Nacional de Saúde para Estados e Municípios. Destacou que a mudança compromete a autonomia dos gestores locais e contradiz a intenção original do projeto, que se referia apenas a emendas específicas, e não à contratualização direta entre gestores e hospitais. Pediu uma revisão do projeto para corrigir o erro e evitar problemas na aplicação e no pacto federativo do Sistema Único de Saúde (SUS).

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, a fim de dispor sobre a criação de contas-correntes específicas dos entes federados para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e de serviços de saúde executados por prestadores privados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada expressou preocupação com o Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, em discussão, destacando que os recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) estão dentro do teto orçamentário e que o sistema foi criado com uma complementaridade entre o setor público e o privado, mas com um único caixa. Argumentou que a proposta poderia comprometer a gestão do SUS, rompendo o pacto federativo, e sugeriu que as emendas sejam mantidas para garantir que os recursos sejam destinados de acordo com a contratualização e o serviço prestado. Afirmou que a proposta vai contra a lei geral do SUS e representa um erro contábil.

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado declarou seu voto favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, mas expressou críticas ao projeto por centralizar desnecessariamente a gestão dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS). Argumentou que o texto atual compromete a autonomia dos municípios, ao direcionar todo o funcionamento do SUS para uma conta específica, o que desrespeita as contratualizações locais e a realidade de cada região. Afirmou que o ideal seria que essa centralização fosse aplicada apenas às emendas parlamentares, para garantir transparência sem prejudicar a gestão descentralizada do sistema.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado manifestou-se contra o uso de emendas parlamentares sem transparência, apoiando a decisão do Ministro Flávio Dino de limitar a prática. Relatou um episódio ocorrido na Comissão de Relações Exteriores, onde questionou a existência de pressões indevidas para a alocação de verbas. Trouxe a questão ao plenário, solicitando esclarecimentos sobre possíveis pressões exercidas pela Presidência da Câmara ou por outras fontes.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda adotada pela Comissão de Finanças e Tributação, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que dispõe sobre a criação de contas-correntes específicas dos entes federados para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e de serviços de saúde executados por prestadores privados. Além disso, criticou o aumento das ações da Suprema Corte contra outros Poderes, destacando a alta de 36 para quase 600 ações de 1988 a 2024. Argumentou que isso reflete um "estado de exceção" e condenou a suspensão das emendas impositivas, essenciais para apoiar hospitais na Paraíba. Por fim, criticou também a aliança entre o Judiciário e o presidente Lula.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado tratou da Emenda adotada pela Comissão de Finanças e Tributação, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que dispõe sobre a criação de contas-correntes específicas dos entes federados para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e de serviços de saúde executados por prestadores privados. Criticou a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

emenda que retira os hospitais universitários federais do texto original, destacando que a medida comprometeria o pacto federativo entre União, Estados e Municípios. Defendeu que a Câmara deveria agir com cautela para evitar a aprovação de um texto que, segundo ele, seria inexecutável e ultrapassaria as competências do Ministério da Saúde, que não contrata hospitais privados há anos. Apontou que, embora emendas parlamentares sejam válidas, a forma como os contratos e repasses estão sendo propostos não faz sentido.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda adotada pela Comissão de Finanças e Tributação, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que dispõe sobre a criação de contas-correntes específicas dos entes federados para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e de serviços de saúde executados por prestadores privados.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda adotada pela Comissão de Finanças e Tributação, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que dispõe sobre a criação de contas-correntes específicas dos entes federados para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e de serviços de saúde executados por prestadores privados.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda adotada pela Comissão de Finanças e Tributação, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que dispõe sobre a criação de contas-correntes específicas dos entes federados para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e de serviços de saúde executados por prestadores privados. Além disso, criticou o Governo Lula, afirmando que ele congelou R\$ 1,2 bilhão da educação e cortou R\$ 292 milhões da Farmácia Popular, que atende 22 milhões de pessoas. Acusou o Presidente de prejudicar principalmente os mais humildes, contrastando as ações do governo com a imagem de "pai dos pobres".

Reginaldo Lopes (PT - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda adotada pela Comissão de Finanças e Tributação, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que dispõe sobre a criação de contas-correntes específicas dos entes federados para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e de serviços de saúde executados por prestadores privados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado destacou a conquista da liberação da ferrovia Leopoldina, que atravessa 11 Municípios do Espírito Santo, para uso dos Governos locais. Informou que a medida, fruto de articulação com o Ministério dos Transportes, a ANTT e líderes Municipais, permitirá que os Municípios desenvolvam projetos de turismo e mobilidade urbana, como ciclovias e parques lineares. Destacou ainda que a ferrovia, que não era mais viável economicamente, agora será um impulso para o turismo na região. Agradeceu a colaboração do Governador Casagrande e de Prefeitos envolvidos na iniciativa, ressaltando a importância da conquista para o Estado.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Emenda adotada pela Comissão de Finanças e Tributação, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2022, que dispõe sobre a criação de contas-correntes específicas dos entes federados para recebimento das transferências regulares, automáticas e obrigatórias destinadas ao custeio de ações e de serviços de saúde executados por prestadores privados.

Pedro Jr (PL - TO) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Leo Prates (PDT - BA) - O Deputado elogiou o Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos. Reiterou sua confiança no trabalho de construir um texto a fim de beneficiar os produtores rurais e o País.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

Marussa Boldrin (MDB - GO) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Benes Leocádio (UNIÃO - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado abordou o Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos, questionando a Relatora e o Autor do projeto sobre a mudança no reconhecimento de situações de emergência ou calamidade pública. Destacou que o texto indicaria que o reconhecimento, tradicionalmente feito pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, poderia ser substituído por uma simples portaria municipal, expressando preocupação com essa possível mudança, considerando que ela poderia comprometer a validade e o rigor do reconhecimento oficial dessas situações.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado abordou o Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos, questionando a Relatora e o Autor do projeto sobre a mudança no reconhecimento de situações de emergência ou calamidade pública. Informou que o texto indicaria que o reconhecimento, tradicionalmente feito pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, poderia ser substituído por uma simples portaria municipal. Expressou preocupação com essa possível mudança, considerando que ela poderia comprometer a validade e o rigor do reconhecimento oficial dessas situações.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado reforçou a consistência do posicionamento do Deputado Glauber, destacando a importância do reconhecimento da calamidade pública pelas Defesas Cíveis Estaduais e Nacional. Afirmou que, embora o Município possa decretar estado de emergência e calamidade pública, o reconhecimento formal deverá partir das instâncias Estaduais e Federais. Enfatizou a necessidade de ajustar o texto do Projeto de Lei nº 397, de 2024.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada defendeu a não apreciação do mérito do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Luiz Gastão (PSD - CE) - O Deputado esclareceu o Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado enfatizou a importância de incluir no Projeto de Lei nº 397, de 2024, a necessidade de reconhecimento pela Defesa Civil Estadual e Federal do estado de calamidade ou situação de emergência.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada manifestou preocupações sobre o texto do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que permitir aos Municípios decretarem calamidade, destacando a necessidade de deixar claro sobre quem deve fazer esse reconhecimento. Enfatizou que o decreto deve realmente corresponder a um estado de calamidade, evitando que o benefício seja concessão sem justificativa adequada. Alertou para o risco de fraudes ou avaliações equivocadas por parte dos Municípios, que poderiam comprometer programas fundamentais ao esvaziar recursos e levar à falência desses projetos.

Pedro Campos (PSB - PE) - O Deputado manifestou preocupação com a votação do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada defendeu a necessidade de tempo para discutir o Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado defendeu a votação do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado ressaltou que não há oposição ao mérito do Projeto de Lei nº 397, de 2024, mas sim a necessidade de discutir questões acordadas na Liderança e garantir que o mérito seja avaliado melhor. Pediu mais tempo para discussão nos partidos, afirmando que os procedimentos da Casa devem ser seguidos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

Marussa Boldrin (MDB - GO) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de adiamento por uma sessão da discussão do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Pedro Campos (PSB - PE) - O Deputado apresentou uma questão de ordem acerca da inclusão do Projeto de Lei nº 397, de 2024, na Ordem do Dia sem consulta prévia aos Líderes e Vice-Líderes presentes no Plenário. Baseado no Regimento Interno da Câmara, argumentou que a decisão de inclusão deveria ter sido tomada após a aprovação do requerimento de urgência, e que cabia ao Presidente em exercício, Deputado Pompeo de Mattos, decidir sobre a pauta. Destacou que, conforme o Regimento, o Plenário não poderia sequer solicitar a retirada do item da pauta.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado apresentou uma questão de ordem acerca da votação do Projeto de Lei nº 397, de 2024. Defendeu a necessidade de consultar os Líderes partidários antes de decidir sobre a votação de um projeto que envolve impacto orçamentário e financeiro, conforme o art. 113 do ADCT. Mencionou que a consulta havia sido prometida, mas não foi realizada, e que questões sobre o mérito do projeto, especialmente relacionadas à distribuição e à necessidade de ajustes pela relatoria, exigiam mais debate. Solicitou que os Líderes fossem ouvidos para avaliar a continuidade da pauta.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado apresentou uma questão de ordem, criticando a insistência da Esquerda em prolongar debates na Câmara. Citando o art. 95 do Regimento Interno, destacou que os Deputados têm um limite de 3 minutos para formular questões de ordem e que só podem falar sobre o tema uma vez. Além disso, mencionou que qualquer comentário ou protesto contra decisões do Presidente deve ser feito na sessão seguinte, durante o expediente. Concluiu pedindo para que a sessão seguisse conforme o Regimento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada formulou questão de ordem para sustentar que é regimental apresentar questão de ordem durante o processo de votação. Ademais, lamentou que não fosse permitido ao Deputado Orlando Silva formular sua questão de ordem. Por fim, defendeu o cumprimento do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e lembrou que a pauta deliberativa é decidida pelo Colégio de Líderes.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal, quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Pedro Campos (PSB - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal, quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos. Ademais, solicitou respeito à condução da sessão deliberativa pelo Presidente em exercício, Deputado Pompeo de Mattos.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal, quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal, quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos. Ademais, destacou a presença na Câmara dos Deputados da família de Oswaldo Eustáquio. Além disso, denunciou que a Polícia Federal chantageou a referida família para que entregasse os passaportes



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

sob ameaça de prisão bem como submeteu adolescente a situação constrangedora ao revistar suas roupas íntimas. Adicionalmente, condenou a "ditadura da toga", que fez dos blogueiros bolsonaristas Oswaldo Eustáquio e Allan dos Santos exilados políticos. Por fim, manifestou a insatisfação das famílias de bem do Brasil, defendendo a liberdade e o fim das arbitrariedades.

Luiz Gastão (PSD - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos. Ademais, criticou a defesa de banqueiros por Deputados em Plenário. Por fim, sustentou a aprovação da proposição que prorroga as dívidas de agricultores afetados por calamidades públicas.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos. Ademais, defendeu que a proposição seja corrigida para constar que a situação de emergência ou o estado de calamidade pública deva ser reconhecido pela Defesa Civil estadual ou nacional, de modo a não prejudicar a oferta de crédito agrícola pelos bancos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos. Ademais, defendeu que a proposição seja corrigida para constar que a situação de emergência ou o estado de calamidade pública deva ser reconhecido pela Defesa Civil, de modo a não prejudicar a oferta de crédito agrícola pelos bancos públicos.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado defendeu a inclusão do reconhecimento da situação de emergência ou de calamidade pública pela Defesa Civil no Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos. Ademais, argumentou que a correção pretendida na proposição poderá ser apreciada rapidamente pelo Senado Federal e preservará os recursos para as regiões em que a Defesa Civil reconheça efetivamente a situação de emergência ou o estado de calamidade pública.

Benes Leocádio (UNIÃO - RN) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos. Ademais, defendeu que a proposição seja corrigida para constar que a situação de emergência ou o estado de calamidade pública deva ser reconhecido pela Defesa Civil.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Luiz Gastão (PSD - CE) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado defendeu o acolhimento pela Relatora e pelo Plenário de emenda do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) para determinar o reconhecimento da situação de emergência ou o estado de calamidade pública pela Defesa Civil de Estados e Municípios no Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos. Ademais, argumentou que a referida emenda preserva a oferta de crédito rural pelos bancos privados, bancos públicos e cooperativas, solucionando a questão e permitindo que a proposição auxilie efetivamente os Municípios afetados por desastres naturais.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado sugeriu um acordo para adiar a votação do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal, quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos. Ademais, defendeu um entendimento para a correção da inconstitucionalidade da proposição, de modo a exigir o reconhecimento do estado de calamidade ou situação de emergência pela Defesa Civil, a fim de que os agricultores sejam efetivamente beneficiados pela prorrogação do pagamento do financiamento rural.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

excessos hídricos. Aproveitou para parabenizar o Prefeito Eduardo Paes pelo Rio de Janeiro (RJ) ter alcançado a maior nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) entre as capitais do Sudeste e do Brasil.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado criticou o texto do Projeto de Lei nº 397, de 2024, apontando um possível problema legal devido à falta de reconhecimento das situações de emergências pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Afirmou que, sem a alteração, o texto corre o risco de judicialização desnecessária, sugerindo que há uma intenção deliberada de impedir a aprovação.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

excessos hídricos. Ele também criticou a Governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, pelo Estado ocupar a última posição no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no ensino médio pelo segundo ano consecutivo.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da votação do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

José Rocha (UNIÃO - BA) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos. Ele também parabenizou o Prefeito Eduardo Paes pelo sucesso da cidade do Rio de Janeiro no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), destacando que a cidade obteve a melhor nota no ensino público entre as capitais do Sudeste e defendeu sua reeleição.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada destacou os avanços no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da cidade do Rio de Janeiro (RJ), elogiando o trabalho do ex-Secretário de Educação, Renan Ferreirinha, e do Prefeito Eduardo Paes. Ressaltou que o Município alcançou o primeiro lugar entre as capitais da Região Sudeste nos anos finais e o segundo lugar nos anos iniciais da educação básica, após ter ocupado posições inferiores. Ela atribuiu o sucesso à gestão eficiente e ao bom uso dos recursos públicos, especialmente em prol das crianças.

José Rocha (UNIÃO - BA) - O Deputado expressou seu descontentamento com as recentes decisões de um Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), que considera uma interferência indevida no Parlamento. Destacou que o Ministro, quando foi Parlamentar, poderia ter promovido a transparência que agora defende no STF. Afirmou que as decisões tomadas no Congresso, em nome do povo brasileiro, merecem respeito e lamentou o constrangimento causado aos membros da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada encaminhou a votação da expressão "e vincendas", constante do art. 1º do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação da expressão "e vincendas", constante do art. 1º do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação da expressão "e vincendas", constante do art. 1º do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado encaminhou a votação da expressão "Município, Distrito Federal, Estado ou", constante do art. 1º do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

José Rocha (UNIÃO - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "Município, Distrito Federal, Estado ou", constante do art. 1º do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

Leo Prates (PDT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "Município, Distrito Federal, Estado ou", constante do art. 1º do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Luiz Gastão (PSD - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "Município, Distrito Federal, Estado ou", constante do art. 1º do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "Município, Distrito Federal, Estado ou", constante do art. 1º do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Gervásio Maia (PSB - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da supressão da expressão "Município, Distrito Federal, Estado ou", constante do art. 1º do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação da supressão da expressão "Município, Distrito Federal, Estado ou", constante do art. 1º do Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação da supressão da expressão "Município, Distrito Federal, Estado ou", constante do art. 1º apresentado ao Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autoriza a prorrogação do pagamento de financiamentos relacionados a operações de crédito rural em Municípios ou no Distrito Federal quando neles houver sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal, em virtude de situação de seca ou estiagem extrema ou de excessos hídricos.

Renildo Calheiros (PCdoB - PE) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Resolução n 43, de 2024, que cria o Prêmio Governador Eduardo Campos de Excelência em Gestão Pública.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada proferiu parecer ao Projeto de Resolução nº 44, de 2024, que denomina Sala “Eduardo Campos” a sala da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou a decisão do Ministro Flávio Dino, que suspendeu a execução das emendas impositivas. Classificou como inconstitucional, como ilegal e uma afronta à democracia, à separação dos Poderes e à Constituição. Lamentou o impacto dessa decisão nos hospitais que contavam com esses recursos e considerou a medida um golpe contra o Parlamento.

Tião Medeiros (PP - PR) - O Deputado destacou a participação dos atletas brasileiros nas Olimpíadas de Paris, com ênfase nas mulheres que competiram. Ressaltou que, pela primeira vez, as atletas superaram os homens em número de competidores, o que é significativo em um País onde as condições para a prática do esporte, especialmente para as mulheres, ainda são limitadas. Homenageou as atletas olímpicas pelo seu esforço e dedicação, e também mencionou o atleta Arthur Lanci, de Paranaíba (PR), que competiu no vôlei de praia, como um exemplo inspirador para os jovens atletas do interior do Brasil. Por fim, agradeceu e destacou a importância desses exemplos para futuras gerações.

Marcio Alvino (PL - SP) - O Deputado abordou a questão do apoio às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e criticou a decisão do Executivo Federal de vetar dispositivos que garantiriam recursos para os Núcleos de Atenção às Crianças com TEA, mesmo após a inclusão de um orçamento de R\$ 156 milhões na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Destacou que essa decisão afetou diretamente milhões de famílias brasileiras, especialmente em regiões carentes, e defendeu a necessidade de reverter essa situação para garantir atendimento digno a essas pessoas. Além disso, o Parlamentar parabenizou diversas APAES de São Paulo por mais um ano de atividades.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado ressaltou a importância do Dia de Combate à Poluição, destacando que a poluição em suas diversas formas representa uma ameaça direta à saúde, ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Enfatizou a necessidade de políticas públicas para reduzir a poluição, fortalecer a fiscalização, incentivar práticas sustentáveis e conscientizar a população sobre a preservação ambiental. Como atleta olímpico e professor de educação física, destacou seu compromisso com a saúde do planeta e fez um apelo para que seus colegas Parlamentares trabalhem juntos na aprovação e implementação de medidas eficazes para combater a poluição.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou o Ministro Alexandre de Moraes por sua condução do inquérito das *Fake News*. Acusou o Ministro de usar seu poder no STF e TSE para promover investigações e censuras de forma arbitrária, sem a devida participação do Ministério Público ou de outros órgãos competentes. Argumentou, também, que as ações de Moraes violaram diversas garantias constitucionais e caracterizaram abuso de autoridade, prevaricação e censura prévia, o que justificaria um pedido de *impeachment* contra o Ministro. Por fim, apelou ao Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para que o pedido de *impeachment* fosse considerado, enfatizando a necessidade de responsabilizar o Ministro por suas ações.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado defendeu a atuação do Ministro Alexandre de Moraes, destacando seu compromisso com a proteção da democracia e a manutenção da ordem jurídica. Criticou as alegações de uso indevido da estrutura do TSE por Moraes, considerando-as infundadas, e apoiou a afirmação do Ministro Flávio Dino de que todos os atos de Moraes estavam dentro da legalidade. Finalmente, ressaltou a importância do combate à desinformação e à proteção do Estado Democrático de Direito, enfatizando a necessidade de regulamentação das redes sociais para evitar a propagação de *fake news*.

Jefferson Campos (PL - SP) - O Deputado celebrou o aniversário de 370 anos de Sorocaba (SP), destacando a história rica e vibrante da cidade, que se transformou de um pequeno povoado em um importante polo industrial e tecnológico do interior paulista. Relembrou a acolhida que Sorocaba deu a ele e sua família e enfatizou seu compromisso contínuo com o desenvolvimento da cidade, direcionando recursos para melhorar a saúde e outras áreas. Expressou orgulho por Sorocaba e renovou seu compromisso com a cidade, desejando-lhe um futuro ainda mais brilhante.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada destacou a importância da aprovação da Lei nº 14.908, de 2024, que instituiu o Dia do Policial Penal no Calendário Oficial Nacional de Eventos Comemorativos, celebrado em 4 de dezembro. Informou que a data faz referência à Emenda Constitucional nº 104, de 2019, que reconheceu os



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 150.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (semipresencial)

Data: 14/08/2024

agentes penais como policiais penais. Ressaltou que essa mudança é crucial para o combate ao crime e a manutenção da ordem nas prisões, especialmente em um sistema prisional superlotado como o brasileiro. Por fim, enfatizou o sacrifício e o desgaste mental que esses profissionais enfrentam em sua atuação diária, expressando gratidão pelos serviços prestados em prol da segurança pública no Brasil.

ENCERRAMENTO